

O tempo de planejamento na Lei do Piso Salarial Nacional: formas de contabilização

Audiência Pública

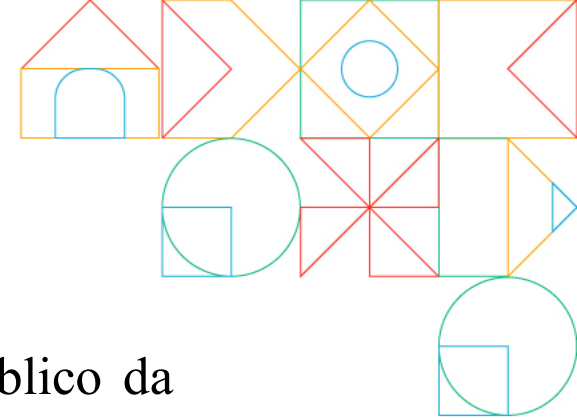
14 de agosto de 2025

SASE/MEC

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

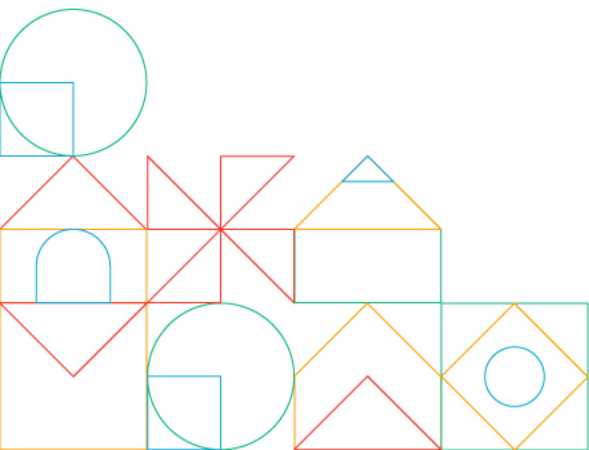


Contexto



Em muitos municípios e Estados brasileiros, os profissionais do magistério público da educação básica tem suas **jornadas de trabalho organizadas em tempos de aula, ou “horas-aula”**, que nem sempre correspondem aos sessenta minutos habituais.

Assim, para respeitar o desejo do legislador em manter a proporcionalidade de trabalho de interação com educandos e de trabalho de planejamento em $\frac{2}{3}$ (dois terços) e $\frac{1}{3}$ (um terço) respectivamente, **a divisão da jornada de trabalho não deveria ser calculada em tempos de aula ou horas-aula?**



Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

LDB

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...)

V - ministrar os **dias letivos e horas-aula estabelecidos**, além de **participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional**;

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

(...)

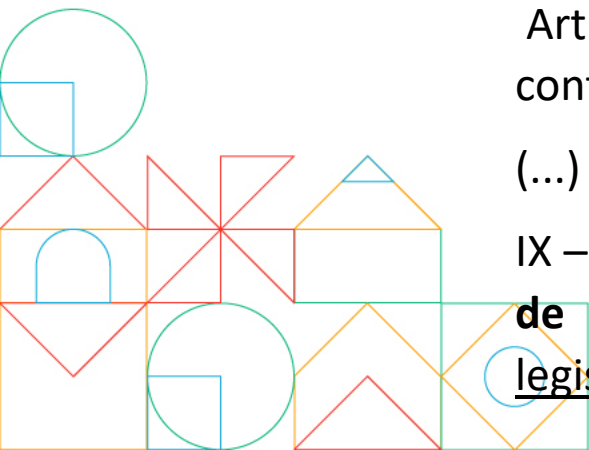
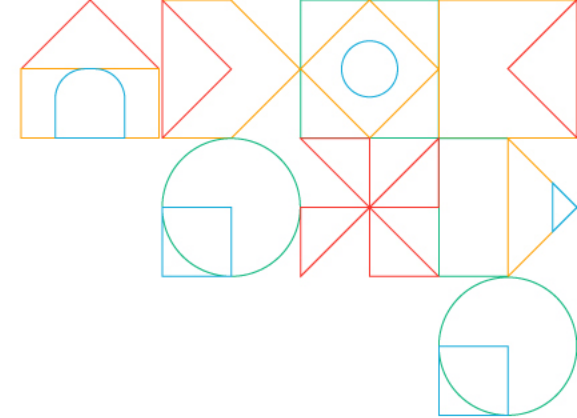
V - período reservado a **estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho**;

Lei nº 14.817/2024

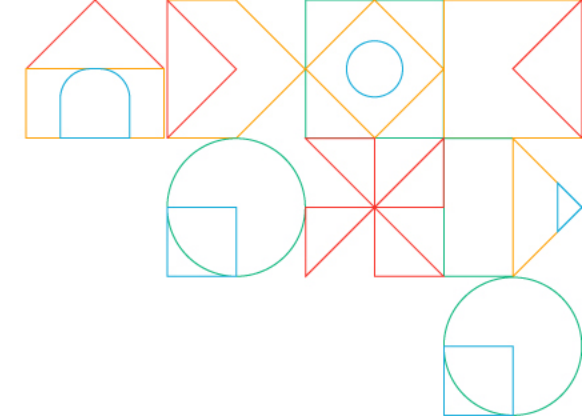
Art. 4º Os **planos de carreira dos profissionais da educação escolar básica pública** contemplarão as seguintes diretrizes:

(...)

IX – jornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais, da qual, no caso da regência de classe, parte será reservada a estudos, planejamento e avaliação, nos termos da legislação específica e de acordo com a proposta pedagógica da escola;



Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério da Educação Básica



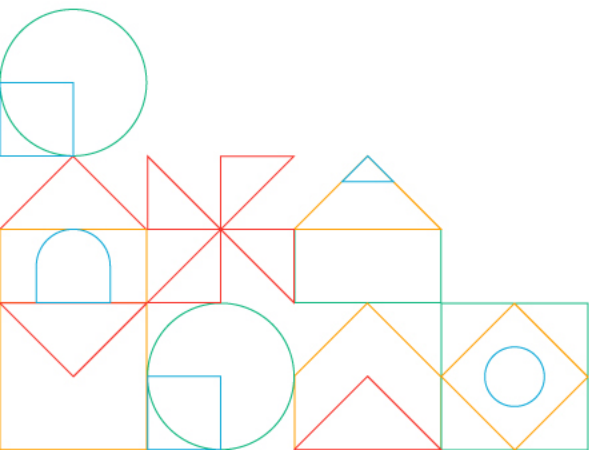
Lei nº 11.738/2008

Art. 2º _____

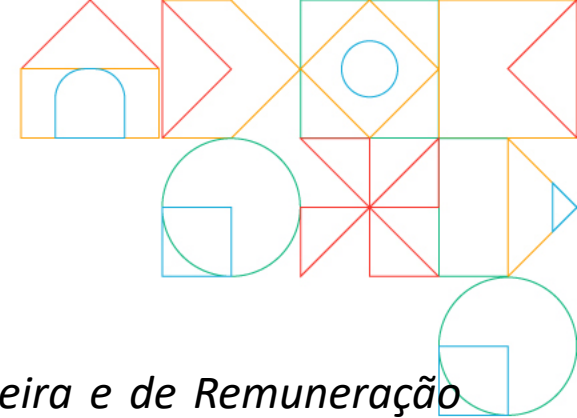
§ 1º O **piso salarial profissional nacional** é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a **jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.**

(...)

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o **limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária** para o desempenho das **atividades de interação com os educandos.**



Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

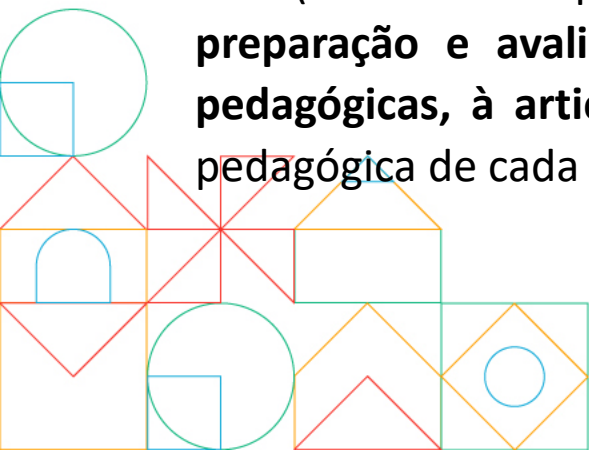


RESOLUÇÃO N.º 3, DE 8 DE OUTUBRO DE 1997 (*Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério*)

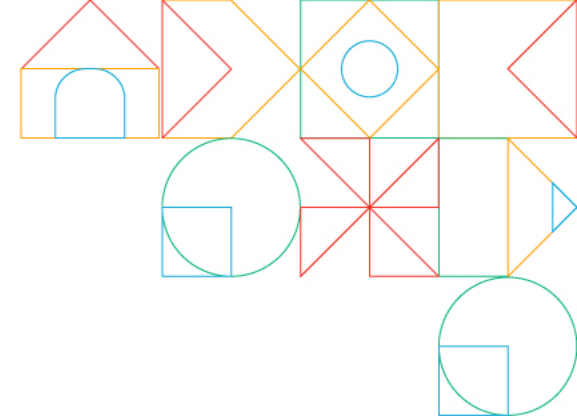
Art. 6º Além do que dispõe o artigo 67 da Lei 9.394/96, **os novos planos de carreira e remuneração do magistério** deverão ser formulados com observância do seguinte:

(...)

IV - a **jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades**, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) **do total da jornada, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola;**



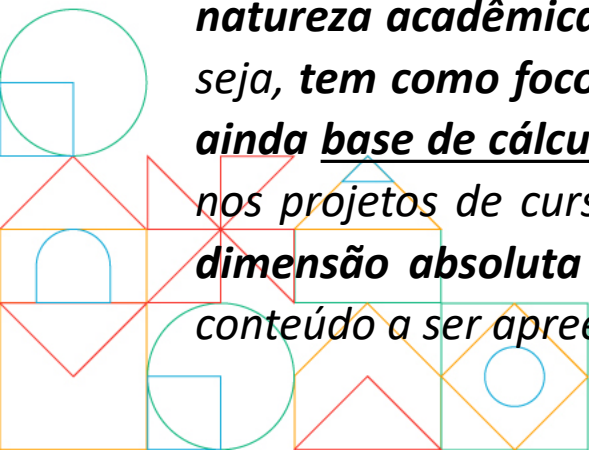
Distinção entre “horas” (medida da jornada de atividade acadêmica/escolar) e hora-aula (medida da jornada de trabalho do professor).



Parecer CNE/CES nº 261/2006

*“...como já exposto em manifestação deste Conselho, “hora de atividades” e “hora de trabalho escolar efetivo” são conceitos importantes para sacramentar a noção de que **aula não se resume apenas à preleção em sala**. E mais, **na hora escolar brasileira**, tornou-se prática consagrada destinar-se, a cada hora, dez minutos aos chamados “intervalos”. Esse **esquema de 50 + 10**, em verdade, se enraíza no próprio racionalismo pedagógico, **fazendo parte da atividade educativa**.*

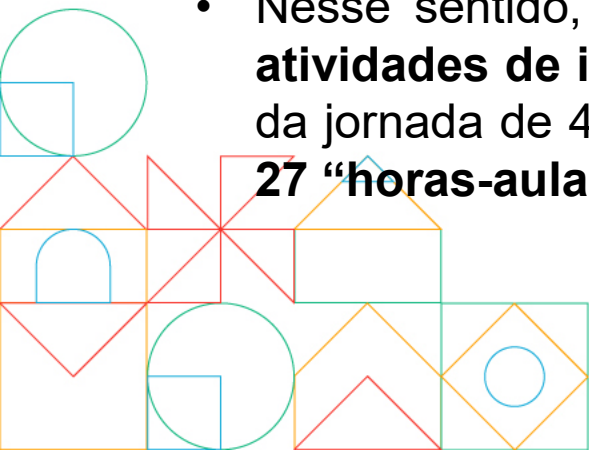
*Reafirme-se que a distinção entre **hora** e **hora-aula** não enseja conflito, embora ambas mensurem atividades distintas. **A primeira refere-se à quantidade de trabalho a que o aluno deve se dedicar ao longo de seu curso** para se titular, tendo-se o **discente** e seu processo de aprendizado como referências. **A segunda é uma necessidade de natureza acadêmica, ou uma convenção trabalhista, sobre a maneira como se estrutura o trabalho docente**, ou seja, tem como foco o professor em suas obrigações, especialmente quanto à jornada de trabalho, constituindo ainda base de cálculo para sua remuneração. Nesse sentido, **hora-aula** pode ser convencionalizada e pactuada, seja nos projetos de curso, seja nos acordos coletivos, conforme entendimento das partes envolvidas. Já **hora** é uma **dimensão absoluta de tempo relacionado à carga de trabalho do aluno**, manifestando uma quantificação do conteúdo a ser apreendido.*



Divisão da jornada de trabalho dos Profissionais do Magistério da Educação Básica



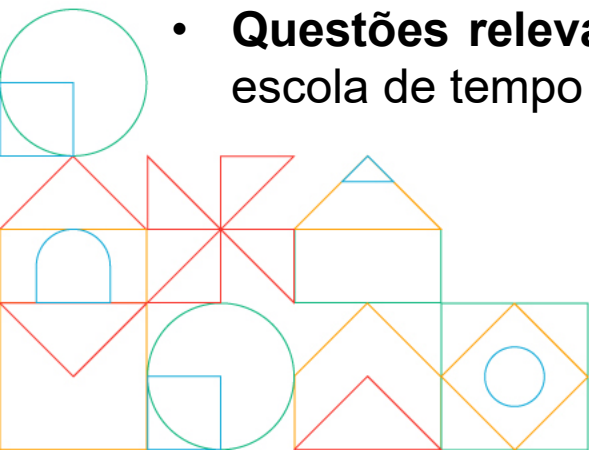
- Consagrou-se no Brasil o entendimento de que a **organização da jornada de trabalho do professor no componente “horas de aula”** acompanha a **organização didática escolar dos “tempos de aula” ou “horas-aula”**, em geral de **50 minutos**, reconhecendo-se os **10 minutos** (“intervalos”) entre os “tempos de aula” como **“fazendo parte da atividade educativa”** (Parecer CNE/CES nº 261/2006).
- Portanto, criou-se, na prática, uma **equivalência da “hora-aula”**, qualquer que seja a sua duração em minutos, **com a hora relógio da jornada de trabalho** do professor, ou seja, **uma “hora-aula” equivale a 1 hora da jornada do professor**.
- A **duração da “hora-aula”** é estabelecida pelo sistema de ensino ou pela escola (Parecer nº 05/1997), **sem prejuízo da carga horária mínima anual do aluno** (Inciso I, art. 24 e art. 34 da LDB)
- Nesse sentido, o **limite máximo de 2/3** (dois terços) da carga horária para o desempenho das **atividades de interação com os educandos** (§4º, art. 2º, Lei 11.738/2008) se materializam em 2/3 da jornada de 40h, o que **equivale a 26h40min e pode representar**, por exemplo, o **equivalente a 27 “horas-aula” de 50 minutos**.



Divisão da jornada de trabalho dos Profissionais do Magistério da Educação Básica



- O **limite mínimo de 1/3** (um terço) da carga horária reservada a **estudos, planejamento e avaliação** (inciso IX, art. 4º, Lei nº 14.817/2024) se materializa **em 1/3 da jornada de 40h** o que **equivale a 13h20min de “horas-atividade”**.
- Aqui não se fala mais em equivalência da hora de jornada do professor com a “hora-aula”, pois não se está falando mais de atividade didática com os alunos, nem da organização do currículo no tempo escolar (“tempos de aula”).
- Essa “**hora-atividade**” deve ser regulada para sua aplicação **por lei específica** em cada **sistema de ensino e de acordo com a proposta pedagógica da escola**. (inciso IX, art. 4º, Lei nº 14.817/2024).
- **Questões relevantes da regulação**: temporários; trabalho coletivo na escola x trabalho individual; escola de tempo integral; espaço de trabalho do professor na escola.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO L | BRASÍLIA – DF | 70.047-900
0800 616161



GOV.BR/MEC